

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

CURITIBA, METRÓPOLE CORPORATIVA: FRONTEIRAS DA DESIGUALDADE

Simone Aparecida Polli (UFRJ/IPPUR)

Curitiba, Metrópole Corporativa: Fronteiras da Desigualdade.

Resumo

Este trabalho refletir  sobre as mudanas ocorridas nas periferias metropolitanas, que configuram um espao marcado pelo acirramento das desigualdades sociais e pelos contrastes urbanos. A dualidade centro-periferia não   suficiente para explicar o espao metropolitano e as suas dinâmicas. As rugosidades, oriundas do padrão anterior, imbricam-se nas transformaes recentes dos espaos subdesenvolvidos, produzindo novas desordens/ordens. O Condomínio fechado Alphaville Graciosa e a ocupao irregular Vila Zumbi dos Palmares representam, de forma mais nítida, a conformao da segregao. Novos conceitos e modos de vida estão em disputa, agentes entram em cena na governabilidade metropolitana e pactos são constantemente feitos e refeitos. A ordem instituída na periferia tem forte poder de “colonizar o território”, ou melhor, impor estratégias de dominao e de extrair (ou desfrutar) do lugar suas qualidades. Milton Santos explica que nesse cenário as cidades não explodem pela ao simultânea de processos relacionados   economia urbana e às estruturas de enquadramento sociocultural, que condicionam as aes da vida urbana. E, nesse círculo vicioso, a pobreza apresenta seus mecanismos de dominao fazendo com que a populao tenha dificuldade de discernir os reais motivos que encobrem determinados interesses.

Curitiba, Metrópole Corporativa: Fronteiras da Desigualdade¹.

1. As fronteiras da desigualdade em Curitiba

A forma de produ o das cidades brasileiras está longe de oferecer condi es e oportunidades equitativas a seus habitantes. A expansão das periferias comprova as desigualdades, agregando, além da distância física, a distância social no que concerne   qualidade de vida.

A história de 40 anos de planejamento urbano de Curitiba repete o modelo elitizado da cidade brasileira, os ranços históricos dos privilégios concentrados nas mãos de poucos, produzindo e reproduzindo a desigualdade. Assim, as diretrizes e a es do planejamento urbano implementadas em Curitiba restringiram-se ao município-pólo, não sendo capazes de enfrentar a complexidade metropolitana. Além disso, imagens emblemáticas foram associadas ao êxito desse planejamento, tais como, cidade-modelo, cidade de todas as gentes, capital ecológica, cidade sorriso, cidade “vitrine do Brasil”. A cidade emerge no cenário internacional associando suas políticas   proje o na escala mundial e as questões sociais são consideradas residuais.

A trajetória do planejamento urbano implementado em Curitiba reafirma a desigualdade e reforça o efeito polarizador da capital nas rela es entre munic palidades (centro-periferia), desconsiderando a escala metropolitana. Historicamente, a área metropolitana foi afetada pelas rela es de poder e pelos instrumentos de política urbana utilizados em Curitiba e, mais recentemente, tem sido afetada pelo planejamento estratégico e pelo *city marketing* aplicado   capital. As demais munic palidades, que almejam o “sucesso”, copiam as políticas idealizadas para a cidade-modelo, numa rela o mimética que leva a refletir sobre as rela es de poder e interdependência entre o município-pólo (Curitiba) e os periféricos.   necessário observar a periferia e compreender aqueles que foram destituídos dos benefícios da moderniza o e que se encontram inseridos na “ordem” que corresponde ao risco ambiental,   segregac o e   favela de periferia.

José de Souza Martins, refletindo sobre a situa o de fronteira, quando trata do conflito de terras entre latifundiários e tribos indígenas, afirma que   possível reconhecer as rela es conflituosas e o desencontro dos tempos históricos entre os grupos sociais envolvidos.   preciso entender como esses grupos olham a si e aos outros e como convivem no mesmo território. “Sem aceitar a radicalidade do confronto que define a situa o social da

fronteira, não se pode desvendar as fundamentais relações sociológicas que essa radicalidade pode fazer” (MARTINS, 1997, p.17).

Segundo o autor, a fronteira de modo algum se reduz à fronteira geográfica, e sim às fronteiras em muitos e diferentes sentidos: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem e, sobretudo, fronteira do humano. Ela pode assumir diferentes sentidos: fronteira é conflito entre territorialidades, o eu e o outro; é o cenário de intolerância, ambição e morte; é também lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança; ponto-limite dos territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos; linha que separa cultura e natureza, o homem do animal, o que é humano e o que não é. “Fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. Lugar de descoberta do outro e do desencontro. Não apenas o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida, mas o desencontro das temporalidades históricas” (Ibid, p.150).

É nesta fronteira entre municípios, na transição entre bairros qualificados e a periferia carente, nas situações e modos de vidas desiguais, nas políticas e na aplicação diferenciada dos recursos que se encontra o objeto de análise. É nesse espaço que se pode observar como as sociedades se formam se organizam e se reproduzem. Na fronteira do humano, encontramos o outro.

Decorrem daí as questões motivadoras deste trabalho: Como conseguem conviver tanta pobreza e riqueza, lado a lado no território? Quais são as máscaras que naturalizam tamanha desigualdade? Qual é a ordem que o planejamento urbano de Curitiba produziu? Por que a metrópole não explode?

2. Zumbi dos Palmares e Alphaville Graciosa, pares opostos de um projeto de metrópole.

A partir da década de 90, identifica-se na grande Curitiba a proliferação de condomínios fechados de alto luxo ao lado de grandes ocupações irregulares (já existentes) em áreas de proteção ambiental, áreas de manancial, de abastecimento. Os loteamentos Alphaville Graciosa e a Vila Zumbi dos Palmares, localizados um ao lado do outro, na Região Metropolitana de Curitiba, são exemplos dessa nova conformação das periferias urbanas, da exacerbação da desigualdade, condensando uma série de conflitos e tensões latentes no convívio entre seus moradores. As transformações das periferias urbanas são a expressão mais nítida da ordem/desordem e da desigualdade manifesta no território.

Nesse período, marcado pelas transformações decorrentes da internacionalização da metrópole de Curitiba, verifica-se a agudização da segregação na periferia, aprofundando as desigualdades e tornando a articulação entre as frações do tecido urbano mais complexo. “As periferias urbanas são o exemplo mais cabal da valorização desigual dos homens e dos lugares” (ALMEIDA, 2003, p. 218). A periferia transformada é caracterizada por relações como descritas por Lechner:

A fase contemporânea do capitalismo, desejada imaterial e ubíqua, cria enclaves com dotação máxima de amenidades; impede a sociabilidade interclassista; coloniza a rede urbana através de redes de serviços que destroem a singularidade dos lugares; rompe os pactos sociais que orientavam as políticas públicas inclusivas; aumenta a concorrência intracapitalista, impossibilitando a permanência de atividades econômicas com raízes culturais profundas; desinstitucionaliza relações sociais, impossibilitando a previsão do futuro e aumenta o medo individualmente vivenciado (LECHNER, apud RIBEIRO, 2005, p. 100).

Alinha-se nesse artigo reflexões sobre as relações conflitivas, o desencontro de tempos históricos, a desigualdade dos projetos, os universos sociais distintos, a forma como se dá a relação com o Estado e como se manifesta a ordem/desordem metropolitana em Curitiba. Zumbi e Alphaville estão em situação de fronteira, espacial, do humano, da civilização, fronteira em muitos e diferentes sentidos. Por meio da comparação entre os parâmetros construtivos e de urbanização, mostra-se o afastamento entre seus mundos, completamente distintos e isolados.

Tabela 1- Parâmetros de urbanização entre Alphaville e Zumbi dos Palmares

	ALPHAVILLE GRACIOSA	ZUMBI DOS PALMARES
Tipologia de ocupação	Condomínio fechado, aprovado como loteamento, inaugurado em 2000.	Ocupação irregular, existente há 14 anos
Estágio atual	Em processo de consolidação, com aproximadamente 600 moradores	Em processo de regularização fundiária financiada pelo governo do Estado
Imagens Associadas	O novo estilo de vida	Marginalidade
	Melhor estilo de vida	Violência
	Viva em Alpha	Tráfico de drogas
	Proximidade com o centro urbano;	Roubo, desmanche de carros
	Um conceito único de empreendimento: qualidade de vida.	Precárias condições de vida
Área ocupada	2,5 milhões de m ²	500 mil m ²
População total	6.500 habitantes	6.649 habitantes
Número de lotes e habitações	1.218 lotes	1.797 habitações existentes
Densidade	2.400 hab/km ²	13.298 hab/km ² (5,5 vezes mais que em Alphaville)
Área do lote	Área mínima de 550 m ² , (maioria 700 m ² , chegando a mais de 1.000m ²)	no máximo até 200 m ² (4 a 8 vezes menor que em Alphaville)

Área mínima da residência	200 m ²	variável: 52% das famílias com casas de 30 a 60 m ² ou, se considerarmos a pesquisa, a área mínima encontrada: 15 m ² ; sobrados propostos no projeto de regularização: 40 m ² (4,4 vezes a mais)
Taxa de ocupação	40%	60% a 100% (ocupação total)
Permeabilidade	50% (o tratamento superficial dos lotes é primorosamente cuidado em Alphaville)	parâmetro variável conforme o número de construções por lote, no máx 5%
Infra-estrutura	Completamente instalada	Luz e água
Vias asfaltadas	100%	0%
Área verde	1,0 milhão de m ² de área verde; Área verde por morador: 165 m ² /morador	35 mil m ² de faixa de preservação do parque linear do Rio Palmital à recuperar
Áreas de uso comum	630. 000 m ² (área de lazer)	3.800 m ² (campo de futebol)
Período analisado	A partir de 1990, novas formas urbanas alteram o então conteúdo da periferia	A partir de 1970, inicia-se o processo de periferização em Curitiba
Feições espaciais	Centro e periferia se fragmentam	centro-periferia
Localização dos grupos sociais	Os diferentes grupos sociais estão próximos, mas não se comunicam, classes coexistem, mas não se tocam.	os pobres concentravam-se na periferia precária e distante e os ricos nos centros urbanos, legalizados e bem equipados
Espaços públicos	Anonimato e individualismo, espaços privatizados, espaço do carro.	Áreas de lazer públicas, mas com restrições ao uso pelo domínio do território por grupos de traficantes.
Configuração espacial	Negação da cidade, espaço privatizado, espetáculo, cidade toda enquanto mercadoria, cidade fragmentada, enclausurada.	Cidade dispersa, periferização.
Arquitetura das habitações	Estilo livre, com predominância na arquitetura clássica e moderna (regras do manual de construção em Alphaville)	Autoconstrução/mutirão
Relação com os órgãos públicos	Participação direta- nível Estadual, influência nas esferas de decisão	Clientelismo, paternalismo
Valores imobiliários do terreno	Antes: R\$ 3,00/m ² pós-empreendimento: R\$ 180,00/m ²	Mercado informal: R\$8,00/m ² pós-início da regularização, R\$ 20,00/m ² , valor da desapropriação: R\$ 7,00m ²

Com relação à tipologia urbanística, observa-se que Alphaville caracteriza-se como um condomínio fechado, mas foi aprovado legalmente como um loteamento. Assim, de acordo com a Lei Federal 6766/79 e suas emendas, existem no seu interior áreas públicas e institucionais, que serão doadas ao município, destinadas para uso da coletividade e cuja manutenção é de responsabilidade da Prefeitura. Parte dessa área destina-se ao sistema viário e, conforme avaliação interna da Prefeitura, não há maiores prejuízos para a cidade. Mas é importante questionar quem, de fato, poderá usufruir dos 878 mil m² de área pública previstos no projeto do Condomínio Alphaville Graciosa. E dos 457 mil m² previstos como área verde pública? Há que se observar os efeitos negativos para a cidade, relacionados ao extremo auto-isolamento e à impossibilidade dos moradores vizinhos de utilização dos espaços públicos, das áreas verdes, de circulação e de sociabilização com os moradores do condomínio.

Demonstra-se enfim, que a implantação do condomínio acirra o processo de auto-segregação e isolamento.

Zumbi, como ocupação irregular, também limita a cidadania dos seus moradores. A segregação, nesse caso, não é desejada, mas sim imposta. É grande a discriminação vivida pela população, sendo o local considerado um lugar, “uma vila”, apenas por seus moradores.

Vinculada a essa segregação estão as imagens associadas a cada um dos espaços. De um lado, o condomínio Alphaville, que já se transformou em um produto presente em todas as regiões do Brasil, vende bens públicos (contato com a natureza), segurança e um novo estilo de vida (buscando assemelhar-se ao estilo americano). Do outro, Zumbi dos Palmares, associado à pobreza, à violência e à marginalidade. Além disso, o estigma criado causa todo o tipo de discriminação, fator responsável pela reprodução da pobreza.

Bourdieu (1997) denomina a distinção fortemente enraizada na sociedade de violência simbólica, em que o espaço social exerce um poder que classifica, discrimina e rotula. E essa dimensão simbólica, da luta de classes, reforça as formas hegemônicas de percepção e apreciação do mundo, por meio de categorias mentais e hierarquias que distinguem e discriminam o outro. A imagem de opulência de Alphaville reforça o seu poder, ao mesmo tempo em que exerce uma violência simbólica ao classificar e rebaixar o outro (Zumbi dos Palmares), criando mecanismos de dominação simbólica.

Apesar de ter praticamente o mesmo número de habitantes (6.500), o território ocupado por Alphaville é cinco vezes maior que o de Zumbi dos Palmares. A densidade em Zumbi (13.298 hab/km²) chega a cerca de 5,5 vezes a de Alphaville. Apesar disso, não há medidas previstas para limitar o adensamento de Zumbi, que tende a aumentar, enquanto a população de Alphaville é projetada, isto é, só chegará ao máximo após 100% de ocupação. Em Alphaville, o número de lotes é praticamente o mesmo de Zumbi dos Palmares. A área de cada lote em Alphaville é pelo menos 4 vezes maior que em Zumbi, variando de 700 m² a 1.000 m², contra 200 m² a 60 m², o que repercute também no tamanho das residências. Em Alphaville as casas têm, no mínimo, 200 m² de área construída, enquanto em Zumbi dos Palmares, o tamanho médio das moradias é 5 vezes menor (40 m²). A densidade construtiva maior (variando de 60% a 100% do terreno) e o solo turfoso em Zumbi fazem com que a área apresente obstáculos à drenagem das águas de chuva. Já em Alphaville, os padrões urbanísticos estabelecidos de no máximo 40% de taxa de ocupação e 50% de permeabilidade garantem a drenagem e a ocupação adequada do lote. Esses dados indicam a precariedade das condições de vida em Zumbi e a violência contida na desigual forma de ocupação do espaço².

O modo de vida estimulado pelos condomínios fechados, que no senso comum aparecem como inofensivos, radicaliza as desigualdades sociais e constrói verdadeiras “ilhas da fantasia”. Esses empreendimentos comportam-se como enclaves fechados, desvinculados de qualquer compromisso com o lugar. São portadores dos códigos de uma forma-conteúdo globalizada, implantando-se, em grandes extensões, como verdadeiros alienígenas. Entretanto, correspondem à visão hoje dominante do “excelente negócio” e do investimento capaz de promover localidades economicamente deprimidas.

Como alerta Ribeiro (2005), essas formas têm forte poder de “colonizar o território”, ou melhor, de impor estratégias de dominação do seu entorno e de extrair (ou desfrutar com exclusividade) as amenidades dos lugares em que se instalam. Afinal, a sua principal estratégia baseia-se na privatização de recursos territorializados. Para tanto, são escolhidos os lugares, antes prioritariamente destinados aos pobres, que garantirão o lucro extraordinário. A partir de então, o grupo empresarial aciona todos os instrumentos que estão ao seu alcance para conquistar e controlar a localização eleita, fixando os seus usos e determinando o seu futuro. Como instrumentos dessa conquista, Alphaville pode ter utilizado armas que estão mais a seu alcance: a influência junto aos órgãos públicos; a flexibilização da legislação; e a participação no planejamento. No período pós-implantação, continua exercendo o controle do território, por meio de formas de dominação simbólica do lugar e do Outro. A continuidade dessa dominação encontra-se garantida pelos desdobramentos empresariais do empreendimento e, também, pela preservação de atividades administrativas contínuas. O empreendedor de Alphaville diferencia-se dos tradicionais porque permanecem no empreendimento mesmo após produzir e incorporar o loteamento, administrando seu condomínio.

As formas socioespaciais correspondentes à última modernização são eivadas de conteúdo técnico-científico-informacional, que correspondem a estratégias territoriais de longo curso. Constituem, de fato, reais concreções de novas formas de exercício do poder, que atropelam a história e as características do lugar em que se instalam. Esses empreendimentos, além de impactarem fortemente o imaginário urbano, fortalecem seu poder de intervenção na esfera pública, por representarem reais sínteses da administração bem-sucedida, que responde ao medo e aos anseios de auto-segregação das classes média e alta, ou seja, daqueles segmentos sociais que detêm grande influência nas esferas de poder.

Em termos mais amplos, pode-se dizer que os condomínios fechados são um produto completo de última geração, exercem poder em sua própria área (impondo determinados comportamentos aos moradores), sobre o Estado e sobre o Outro. O alto grau de segregação e

isolamento evidencia crescente desolidarização das classes média-alta e alta em relação às carências urbanas vividas pelas classes populares. Aliás, o contato diário com estas classes é indesejado e, cada vez mais, temido. A conjugação desses processos alerta-nos para as conseqüências sociais do enfraquecimento do Estado e a mudança sofrida por uma série de conceitos (tais como cidadania, cidade, espaço público) devido a pressão da nova ordem difundida na atual fase do capitalismo. Como Harvey, acredita-se que:

Essa nova sociabilidade acomoda-se perfeitamente aos requisitos de competitividade e produtividade comum à flexibilização do mercado de trabalho, de bens e de capitais, com também responde no plano ideológico pela (re) totalização do espaço homogêneo que radicaliza a dispersão dos corpos (segregação territorial) e a desintegração da vida social (trabalho, cultura, ludicidade, sexo, prazer e gozo). Em função desse novo/velho projeto de hegemonia social, que a cidade “democrática” deve abrir-se às novidades e acatar a volatilidade, efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas (HARVEY apud BARBOSA, 2002, p. 102).

Não pretende-se aqui questionar a riqueza, mas sim a desigualdade, a forma perversa como ela se manifesta e suas implicações. A diferença na forma de urbanização dos dois lugares conduz suas populações a caminhos opostos, a mundos completamente distintos e à reprodução ampliada das desigualdades. Como falar em democracia, cidadania, direitos, trabalho, oportunidades, educação, saúde e qualidade de vida em realidades tão díspares? Existe alguma forma de coexistência entre mundos tão distintos? Quais são as conseqüências, para a totalidade metropolitana, da configuração desses espaços?

Zumbi dos Palmares e Alphaville Graciosa são a materialização dos contrastes entre formas e modos de vida incompatíveis. Neles, vemos presente o confronto entre tempos históricos diversos, devido às origens e classes, às realidades distintas. Interesses e modos de vida se confrontam na fronteira do território ocupado. Cada modo de vida contém um espaço/temporalidade diferente e não se vive o mesmo tempo histórico, tornando a Vila Zumbi subordinada a processos dominantes que têm ritmos distintos dos seus.

Diante dessas distinções, volta-se a Bourdieu (1997), quando se refere à dimensão simbólica e à estrutura do espaço social. O autor diz que as oposições espaciais são entendidas como manifestações espontâneas do espaço social e ainda afirma:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma deformada e dissimulada, pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais num mundo natural acarreta [...] (1997, p. 160).

Casos como a de Zumbi dos Palmares e do Condomínio Alphaville Graciosa convivendo lado a lado, sem comunicação ou qualquer outra forma de integração são

situações já naturalizadas na periferia metropolitana. Bourdieu (1997), ao tratar do efeito do território na reprodução das desigualdades sociais, introduz o simbólico nas estruturas mentais que classificam e orientam as distinções, afirmando

As grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico tendem a se reproduzir nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e de divisão, isto é, enquanto categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (ibid, 162).

Além do abismo entre o patamar de urbanização dos dois lugares, há forte presença do poder simbólico, que reproduz as desigualdades sociais e a pobreza em Zumbi dos Palmares

O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo em que se aproxima de pessoas e coisas desejáveis [...] facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social. Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros, e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar (ibid, p. 164).

A agudização das contradições urbanas no espaço é a demonstração mais clara de que forças concentracionistas, de escalas mais abrangentes, interferem no território, estimulando decisões políticas e investimentos que mutilam a cidadania, naturalizando a pobreza e incentivando a exclusão social. A colonização do Outro baseia-se no uso de armas como formas geográficas e estruturas mentais, carregadas de violência simbólica (BOURDIEU, 1997).

Os condomínios fechados e os conjuntos habitacionais destinados aos pobres representam opostos simétricos na hierarquia social e espacial, mas correspondem aos mesmos intuitos de materialização (preservação) da sociedade de classes. “Guetos iguais³” expressam a radicalidade da desigualdade e, como estão geograficamente localizados lado a lado, expressam a radical “aceitação” da estrutura social. A própria pobreza (ou a espoliação urbana) constitui-se num mecanismo de dominação, fazendo com que não seja plenamente compreendido pelas camadas populares, os determinantes responsáveis por suas condições urbanas de vida. Afinal, até mesmo as tensões territoriais, em sua visibilidade mais imediata, são encobertas por discursos e imagens que escondem interesses econômicos e políticos.

3. A Tecnoesfera e a Psicoesfera na Naturalização da Pobreza

Os contrastes analisados, Zumbi e Alphaville Graciosa, inseridos em espaço de fronteira, aparentemente convivem sem conflitos. O fato chama atenção pela desigualdade de projetos e situações, justapostas. Como os moradores de Zumbi podem aceitar tal disparidade? Dessa forma, será necessário

refletir como esses grupos vêm a si mesmos e ao outro. Essas relações expressam a vida em sociedade, em que, para um, prevalece a luta pela sobrevivência, enquanto, para outro, o consumismo e a acumulação sem limites.

Baseado em Milton Santos (1990) e suas reflexões sobre o instável equilíbrio em que vivem as cidades, busca-se responder a questões como: Por que as metrópoles não explodem? Como conseguem conviver tanta pobreza e riqueza lado a lado? Quais são as máscaras que encobrem tamanha desigualdade?

Segundo o autor, a vida urbana é condicionada pela operação simultânea de processos técnicos relacionados à economia urbana (tecnoesfera) e de estruturas de enquadramento sociocultural (psicoesfera). O primeiro movimento diz respeito a consecutivas adaptações que a economia urbana realiza para adaptar-se a novas condições de produção com os devidos prejuízos para a vida do trabalhador. À segunda esfera, Milton Santos associa os sistemas de ação correspondentes e as estruturas de enquadramento socioculturais.

Em relação à tecnoesfera, Santos explica que:

Os espaços da globalização apresentam cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional. Os lugares, pois, se definem pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, atributos que interpenetram e cuja fusão os caracteriza e distingue (2004, p. 257).

A consolidação de uma nova etapa produtiva na Grande Curitiba, com a instalação das montadoras automobilísticas, marca o avanço dos circuitos superiores da economia urbana, ligados à modernização tecnológica, com empresas estrangeiras que geram número limitado de empregos, beneficiando poucas famílias. Em relação a tecnosfera, nos ensina Santos:

[...] a economia urbana se adapta, segmentando-se por meio do paralelismo de atividades com os mais diversos níveis de capitalização, tecnologia e organização, criando oportunidades de trabalho que não haveria se apenas existissem as empresas modernas (1990, p. 185).

Em Curitiba, essa segmentação e diversificação do mercado ocorre, fazendo com que outros tipos de empresas menos modernas também se estabeleçam na metrópole, dinamizando a economia e oferecendo mais empregos e novas relações de trabalho, atraindo populações que buscam oportunidades de trabalho. Porém, os postos criados são, na maioria das vezes, insuficientes, rotativos e mal pagos.

Em Zumbi dos Palmares, a população exerce atividades econômicas relacionadas ao comércio para servir à própria Vila, atividades de catação e reciclagem do lixo (15%) e empregos de baixa qualificação (emprego doméstico, jardinagem, serviços de segurança).

Com o subemprego crescem também as periferias. “As periferias são a expressão da exclusão social e geográfica de grandes parcelas da população submetidas à sucessivas modernizações do território” (Almeida, 2003 p. 230).

Como conseqüência, na mesma metrópole convivem espaços como os de Zumbi e Alphaville, que, apesar de contemporâneos, apresentam conteúdos sociais e densidades técnicas radicalmente distintos, o que corresponde a experiências urbanas diferentes, apesar da aparente simultaneidade de tempos sociais.

Quanto à psicosfera, Milton Santos associa os sistemas de ação correspondentes e as estruturas de enquadramento socioculturais:

Chamemos de sistema de ação deliberada àqueles instrumentos elaborados na superestrutura do sistema social destinados a conter, pela persuasão ou pela força, os ímpetos de ação dos que se situam nas camadas mais pobres. Chamemos de estruturas de enquadramento aqueles elementos do sistema social cuja eficácia, no sentido de imprimir comportamentos passivos, pertencem à própria lógica do sistema e cuja ação, desse modo, até pode ser considerada como espontânea, mas não inocente (1990, p. 188).

Conforme exemplifica o autor, a cidadania mutilada, as formas de representação enviesadas e o trabalho de certas organizações não governamentais são exemplos de sistemas de ação deliberada. Assim como podem ser citados o consumo e o crédito como estruturas de enquadramento. A cidadania mutilada não decorre somente das leis injustas, mas está relacionada ao lugar onde se vive, que faz dos pobres mais pobres:

[...] o cidadão mutilado é induzido a uma interpretação naturalista de sua situação de inferioridade já que os bairros pobres se definem como aqueles onde há todo tipo de carências... Dessa maneira, não é a cidade capitalista que é injusta para com o pobre, mas sua própria pobreza, carência que pode ser suprida, segundo a ideologia dominante, por meio do trabalho... (ibid).

O contato com as famílias de Zumbi por meio do projeto *Olha Aqui*⁴ mostrou o quanto a cidadania é mutilada no cotidiano, pela precariedade das relações familiares, pela dificuldade de expressão e pela inexistência de relações ou manifestações coletivas. Nessas condições, perde-se a noção dos direitos individuais ou coletivos e, como os moradores são pobres, qualquer colaboração é vista como caridade, mesmo que provenha dos órgãos públicos. Os sistemas de enquadramento manifestam-se em Zumbi dos Palmares por meio do clientelismo, das lideranças cooptadas e carismáticas.

Milton Santos cita as doenças mentais como estrutura de enquadramento sociocultural:

[...] as doenças mentais e os desequilíbrios emocionais se alastram como praga entre os pobres, sendo, porém, extremamente menos importantes que as situações de

carência de todo os tipos, inclusive as múltiplas carências orgânicas resultantes, inclusive da desnutrição (1990, p. 189).

Verifica-se em Zumbi uma grande proliferação de igrejas/seitas, com cerca de dezesseis denominações diferentes apenas no interior da vila. As igrejas são as formas de associativismo reconhecidas entre os moradores, apesar de funcionarem isoladamente e atenderem apenas aos seus próprios fiéis. Surgem como forma de alívio à pobreza e como caminho na busca de reconhecimento e identidade, muitas vezes perdidos pelo fato de terem sido desfeitos os laços com os lugares de origem. Milton Santos alerta para o fato de que as igrejas podem estimular comportamentos passivos: “[...] ampliar a base de sustentação ideológica do sistema, pregando a desvalorização da esfera social e cultural e, implicitamente, da esfera política” (ibid).

Pode-se reconhecer, ainda que de forma preliminar, que Alphaville utiliza-se do Centro de Convivência da Graciosa, implantado em Zumbi dos Palmares, para fortalecer a sua influência no entorno imediato e a sua imagem, ou seja, como mecanismo de dominação simbólica. Esse centro, portanto, poderia ser compreendido, como sugere Milton Santos, como uma estrutura de enquadramento. A construção, no território vizinho, recorda permanentemente Alphaville⁵, estimulando a aceitação do empreendimento, da situação de desigualdade e, conseqüentemente, da pobreza. Dessa forma, a imagem positiva e o prestígio promovem Alphaville a posição de colaboradores e solidários para com o Outro (Zumbi).

Em Zumbi dos Palmares verifica-se que a vida cotidiana, o isolamento, a falta de oportunidades são alguns dos mecanismos de reprodução, no seu interior, da própria condição de pobreza. Há forte reconhecimento do lugar onde vivem, no entanto o mesmo não acontece com a cidade ou outros lugares, que os moradores de Zumbi pouco conhecem. Tudo isso limita as possibilidades de mudança, de saída da condição atual e de percepção dos próprios mecanismos que os oprimem.

4. A nova ordem metropolitana: o projeto básico de regularização

A regularização fundiária transformou-se em prática amplamente aplicada em vários assentamentos em todo o Brasil, mas está repleta de contradições e significados múltiplos. Apesar de fazer parte do ideário da reforma urbana, que combate a relocação de populações carentes, em muitos casos pode-se transformar em uma máquina de produzir exclusão e ampliar a segregação. Trata-se de um projeto político em disputa: tanto “[...] dos mais ‘progressistas’, onde a ilegalidade fundiária e urbanística são elementos da não-cidadania, aos mais ‘conservadores’, como, por exemplo, a visão de

cunho ambientalista, onde a ilegalidade urbana é responsabilizada pela degradação ambiental” (LAGO, 2005).

O projeto de regularização em Zumbi dos Palmares é entendido como potencial gênese de uma nova ordem, porque se levanta a hipótese de que está em formação um novo pacto na periferia, uma articulação entre Estado e empresários. Este pacto contribui na construção da periferia desejada, aquela que corresponda a seus interesses, com o objetivo de controlar ou manter uma ordem, na qual seja proporcionado o alívio à pobreza, o embelezamento e melhoramentos, caso isso seja do interesse dos novos empreendimentos da economia globalizada.

Desde 2004, a Vila Zumbi dos Palmares passa por um processo de regularização fundiária e urbanística. A área foi desapropriada pelo Governo do Estado e repassada para a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), que está implantando um plano de reassentamento, integrante do programa habitacional *Direito de Morar*. Sem um plano habitacional mais amplo para a RMC, o governo do Estado decidiu investir um montante de R\$ 20 milhões na regularização fundiária do local, tornando-se este o carro-chefe dos trabalhos da Companhia.

A apresentação do projeto de regularização da Vila Zumbi dos Palmares como carro-chefe da Cohapar, a sua veiculação na mídia, o grau de integração interinstitucional (Sanepar, Sedu, Suderhsa, IAP⁶, Prefeitura Municipal de Colombo) e a mobilização técnica (arquitetos, assistentes sociais, advogados) induzem a pensar que a companhia tem como objetivo alçar esse projeto-piloto ao *status* de uma “*best-practice*”, projetando imagem positiva do governo e do lugar (nesta matéria que Curitiba era considerada negligente).

Acima de tudo, observa-se que, com a regularização, os órgãos públicos retomarão o controle de um território onde não era permitido o acesso ou a intervenção governamental. Trata-se do estabelecimento da ordem num espaço de “desordem” e desregulamentação. Historicamente, as relações entre Estado e Vila Zumbi dos Palmares sempre foram bastante tensas, frente ao descaso do poder público às carências dos moradores. Após 14 anos de ocupação irregular, as fortes intervenções locais estabelecem novas relações podendo ser caracterizadas por doses de clientelismo⁷. A forma como o projeto de regularização é enunciado nos meios de comunicação, faz entender que o Estado pode estar utilizando o projeto para promoção política, o que impede a aceitação da intervenção como uma conquista dos moradores. A constante publicização do nome do presidente da Cohapar e do governador do Estado reafirma o interesse na condução política do projeto, gerando a despolarização dos moradores. O grande destaque desses nomes, em termos de imagem política das

transformações, esconde as articulações de determinados grupos econômicos que disputam parcelas do poder e da riqueza da cidade. Esta é a repetição de uma estratégia que, em Curitiba, vincula o planejamento urbano a um projeto político bem sucedido (OLIVEIRA, 2000).

O clientelismo marca, de maneira bastante expressiva, as relações interpessoais como caminho de acesso ao poder. Percebe-se que na Região Metropolitana de Curitiba não é diferente. Famílias tradicionais alternam-se no poder, com campanhas políticas financiadas por grandes empresários locais, que envolvem compromissos amplos (benefícios urbanísticos, flexibilidade na legislação, rapidez e agilidade em processos, etc.) para todo o mandato.

A regularização de Zumbi dos Palmares interfere, por meio do Estado, na construção política do território, na medida em que favorece a formação de grupos sociais homogêneos e a sua concentração no espaço urbano. É possível aproximar essa distância entre as políticas anunciadas e as políticas efetivamente realizadas, por meio de uma observação mais detida dos interesses envolvidos, dos atores e seus papéis, das alianças políticas e das territorialidades em construção.

Dada a complexidade do projeto de regularização, que exige para a sua concretização uma série de ações conectadas que garantam a viabilidade socioeconômica-espacial, observa-se que, na prática, a preocupação central é com a regularização urbanística. Essa orientação transparece na concepção do projeto e nos recursos humanos, organizacionais e financeiros investidos. Por outro lado, observa-se que o cuidado para com as questões territoriais é muito superior ao dedicado às práticas organizacionais e sociais de sustentação do projeto. Os projetos previstos de desenvolvimento comunitário estão sendo implantados de forma insuficiente, o que denota um nítido interesse no planejamento físico-territorial, que é importantíssimo, mas não suficiente. É duvidosa a existência de uma efetiva vontade de consolidar Zumbi como uma vila, ou de promover processos participativos mais amplos que garantam a experiência da cidadania em vários sentidos. Ganhar visibilidade política, consolidar uma *best practice*, higienizar o local, promover o embelezamento, instituir uma ordem, seguir os ditames internacionais do alívio à pobreza, tudo, enfim, parece favorecer uma estratégia promocional da intervenção urbana.

Por outro lado, é importante analisar também a relação entre Estado e Alphaville que emerge por meio da participação, cada vez mais forte, dos agentes privados⁸ na definição de prioridades do planejamento urbano. As formas de “parceria” entre o poder público e grandes corporações têm permitido suntuosas operações no espaço urbano. Nesses casos, o poder público fornece o que poderíamos denominar de “antecipações” (informações excepcionais,

mudança na legislação, obras de infra-estrutura urbana etc.) que favorecem e multiplicam os benefícios incorporados por determinados agentes sociais. A implantação de Alphaville, as melhorias viárias, a mudança da legislação da área da Unidade Territorial de Planejamento (UTP) e o progressivo investimento público impulsionaram a produção imobiliária na região. Novos condomínios residenciais estão sendo implantados, dinamizando o comércio e os serviços. Podemos citar, ainda, o monopólio no transporte público, as concessões de estradas e as facilidades na instalação de indústrias como processos que hoje apóiam a consolidação da metrópole corporativa. Estas operações têm acontecido em toda a metrópole, mas chama-se a atenção para a porção leste da periferia metropolitana, prevista nos planos regionais como área de preservação ambiental.

Como Ribeiro e Dias (2001, p. 3), acredita-se que “[...] o local também pode (e tem sido) reconhecido como contexto privilegiado da ação econômica hegemônica, na medida em que esta ação busca, através do acesso a informações privilegiadas e de garantias totais ao investimento, o seu nicho de lucratividade excepcional”. A regularização trará benefícios ao empreendimento privado de Alphaville, visto que garantirá o valor econômico e simbólico do condomínio por meio da urbanização e do “controle” do seu entorno imediato, tido até então como entrave à completa exequibilidade do empreendimento.

O impulso à valorização imobiliária exagerada pode orientar processos especulativos e, conseqüentemente, a urbanização extensiva. A população tende a ocupar a cada momento de valorização uma periferia mais distante. Reproduz-se, dessa forma, o círculo vicioso da irregularidade e da pobreza com novas formas de reconfiguração da periferia metropolitana. Questiona-se até que ponto um projeto, como o de regularização de Zumbi dos Palmares, garantirá efetivamente a sustentação das famílias no local ou mecanismos de expulsão branca podem ser ativados pelas transformações territoriais iniciadas a partir da implantação do empreendimento Alphaville.

As taxas de valorização imobiliária também são um indicativo de mudanças significativas na forma e no conteúdo da configuração da periferia, que podem se multiplicar no futuro próximo. Os novos empreendimentos, os deslocamentos migratórios, os serviços associados à nova composição de classe da periferia levam a um movimento de reestruturação da metrópole que indica a tendência à urbanização extensiva. Observa-se que uma significativa porção da periferia metropolitana expande-se horizontalmente, em alguns eixos, ocupando espaços distantes dos centros urbanos e reproduzindo os conhecidos padrões de precariedade. Essa ocupação acontece de forma dispersa, linear, principalmente ao longo dos principais eixos viários, à revelia dos ditames do planejamento urbano.

Na grande Curitiba, observa-se o crescimento para além do município-pólo da metrópole. A ocupação peri-urbana e dispersa, ao longo das rodovias, constitui uma nova forma de ocupação, que corresponde a uma alternativa ao preço alcançado pelos lotes na zona urbanizada. Os conceitos e funções do campo e da cidade são alterados com a introdução de novas formas de morar e relações que alteram significativamente o conteúdo desses espaços. Ao mesmo tempo, ocorre o aumento do número de ocupações irregulares em áreas ambientalmente frágeis e mudanças na configuração do centro urbano, com escassas unidades habitacionais e expansão do comércio popular. A organização social e espacial da nova periferia evidencia a contigüidade e a sobreposição de modelos de expansão urbana que, no entanto, têm fronteiras simbólicas, materiais e econômicas bem marcadas.

5. Recuperando Alguns Elementos

Recuperando alguns elementos da discussão, pode-se dizer que não há uma convivência tranqüila entre os territórios marcados pelas distintas formas de apropriação no tempo e no lugar. Os estudos de caso e a configuração das periferias metropolitanas revelam a constante tensão existente entre a cidade formal e a cidade real e, também, a distância entre as imagens idealizadas da experiência urbana e o cotidiano da maioria da população.

Então por que não há protestos, ocupações, quebra-quebras, visto o patamar alcançado pela injustiça e pela desigualdade na configuração dos territórios? Como é possível ocultar, ou secundarizar nos debates públicos, uma realidade tão visível e palpável? Como a desigualdade socioespacial pode ser ignorada por aqueles que insistem em não “ver” a cidade real? Trata-se verdadeiramente de uma espécie particular de cegueira ou de formas exacerbadas de individualismo? Ou melhor, será que habitar uma cidade mundialmente elogiada, ainda que em situação pouco favorável, alimenta processos (pouco estudados) de auto-valorização? A resposta a estas perguntas não é fácil, como se supõe. Mas repetí-las constitui uma obrigação do analista, sobretudo quando confrontado com as características da modernização excludente que hoje atualiza a Região Metropolitana de Curitiba.

O não “ver” constitui uma das mais fortes conseqüências do amadurecimento da psicoesfera, conforme definida por Santos como a psicologização da vida social, isto é, “reino das idéias, crenças, lugar da produção de um sentido, (...) fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (2004, p.256). Os olhares são dirigidos e condicionados, assim como as vozes são caladas por diversos instrumentos de manipulação: estruturas mentais, formas sociais e espaciais, ideologias, enfim, por diversos fetiches e fábulas que encobrem o real sentido das coisas, da materialidade, das condições de vida. Esses instrumentos, apoiados

pelas novas tecnologias de informação e comunicação, impedem a compreensão dos movimentos que organizam a totalidade urbana, que é dissimulada por aqueles que pretendem naturalizar ou tornar regra geral determinada representação de cidade. Nesse sentido, concorda-se, mais uma vez, com Maricato:

Mas a representação da 'cidade' é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação de renda imobiliária (2002, p.165).

Observam-se, pelas mudanças contemporâneas na periferia, que encontram-se em disputa, ainda que de forma pouco nítida, novos conceitos e modos de vida. Para os organismos internacionais, como o Banco Mundial e as agências multilaterais, como para os moradores de Alphaville, a cidade é entendida como a “*City*”, associando as características de uma cidade produtiva, empreendedora e eficiente. Por essa ótica, consolidam-se as idéias da cidade como “ator político”, como “cidade-empresa” ou como “cidade-pátria”, amplamente defendida por Castells e Borja (1997). A cidade é, assim, considerada um “[...] atrativo para investidores, ligados aos diferentes mercados, com interesses localizados [...] a cidade é vendida como produto para o mercado mundial” (SÁNCHEZ, 2003, p.548).

Novos agentes entram em cena na arena da governabilidade metropolitanos e assim, novos pactos são constantemente feitos e refeitos, mesmo que não contem com o devido amparo legal. Em outras palavras, a denominada governabilidade envolve acordos, não regulados por lei, que são decididos em esferas às quais o cidadão comum não tem acesso. Destaca-se nessa direção, a hipótese de que esteja sendo configurada uma nova periferia em Curitiba, correspondente aos interesses hegemônicos e materializada por meio de novas formas urbanas. Essa hipótese emerge da simbiose entre a concentração das intervenções públicas em Zumbi dos Palmares, o projeto de regularização fundiária e a forma globalizada do condomínio Alphaville.

A dimensão assumida pelo projeto de regularização de Zumbi, enquanto carro-chefe das ações da Cohapar recorda o histórico processo de espetacularização das intervenções urbanas em Curitiba. Desta forma, “a noção de cidade-espetáculo, dessa espetacularização das intervenções urbanas, remete aos elos entre as práticas contemporâneas de modernização urbanística, os interesses políticos em cena e a relação dos governos com a mídia” (RIBEIRO 1992, apud SÁNCHEZ, 2003, p. 488). O porte do projeto, os recursos investidos, a articulação entre diferentes órgãos públicos, o esforço governamental levam a acreditar que o

projeto coaduna-se, de forma muito favorável, com outros projetos ainda não plenamente revelados.

O planejamento urbano de Curitiba, em busca da terra “sem males”, expulsou para o anel periférico as suas “adversidades”. Dessa maneira, a dialética ordem-desordem é constantemente refeita de acordo com os projetos do governo de plantão. As práticas de planejamento voltam-se, cada vez mais, para a metrópole “revisitada”, isto é, a metrópole embebida nos ditames do planejamento estratégico e voltada para o atendimento dos interesses corporativos. Nessas circunstâncias, o planejamento fragmenta-se em políticas focalizadas, sofre forte pressão do empresariado organizado e não enfrenta a complexidade metropolitana.

Frente à força desse ideário, é necessário resgatar o sentido da “*Polis*”, associado a valores como cidadania e participação. Com o apoio desses valores, a cidade é entendida como o lugar do debate, como afirma Lefévre (1978), desempenhando um papel ativo, sempre marcado por conflitos sociais. Desconhecer os conflitos em nome de um pseudoconsenso é negar as lutas pelo direito à cidade. Portanto, é necessário colocar “na mesa” os conflitos de interesse e os projetos que permitam a transformação da realidade social. Como enfatiza Ribeiro: “É importante valorizar racionalidades alternativas, conceber outros ideários e projetos que fortaleçam a cidade enquanto obra coletiva” (2004, p.14).

Desta forma, o planejamento necessário será aquele que, reconhecendo a força dos agentes envolvidos na definição dos usos da terra urbana, for capaz de fazer frente aos interesses dominantes e atender às necessidades da maioria. Há a necessidade de uma nova postura do Estado que aumente o acesso aos bens e serviços de consumo coletivo (transporte, infra-estrutura urbana, saneamento), promovendo um uso mais justo e equitativo da terra equipada. Para tanto, será necessário um Estado capaz de abrir canais de comunicação com as classes populares e de fortalecer a participação democrática na gestão urbana.

Na situação de fronteira, em que se encontram as periferias metropolitanas, o morador é um forte. O homem lento da periferia, categoria proposta por Milton Santos, constrói a cada dia alternativas que garantem a sua sobrevivência. É por essa razão que a experiência popular pode ser alimentadora de utopias relacionadas a uma experiência urbana realmente democrática e solidária. Para fazer frente ao complexo emaranhado de relações econômicas e políticas que encobre a cidade real, é preciso, num primeiro momento, compreender o “jogo da cidade⁹”, os movimentos, processos e interesses que a estruturam, recriando formas de organização coletiva que “virem” o jogo de negativo para positivo. No projeto de construção de cidades mais justas, deveria constar o ensino do “jogo da cidade” nas escolas, nas favelas,

nas periferias, desmistificando os sonhos impostos, os modos elitistas de vida e permitindo, assim, o conhecimento dos conflitos inerentes à experiência urbana e que, a todo momento, refazem a cidade.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. O processo de periferização e uso do território brasileiro no atual período histórico. In: SOUZA, M. A. et al., Território brasileiro: usos e abusos. Campinas, Edições Territorial, 2003. p. 213-239.

BARBOSA, Jorge L. O ordenamento territorial urbano na era globalizada. In: GEOGRAFIA, Programa de Pós-Graduação em (Org.) Território Territórios. Niterói, 2002. p. 89-105.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Local e global.- Madri: Taurus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: _____. (Org.). A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAGO, Luciana Corrêa. Os Instrumentos da Reforma Urbana e o ideal da cidadania: as contradições em curso. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Anais...Perspectivas para o território e a cidade. Salvador, 2005. CD ROM.

MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otília; VAINER, Carlos. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 2002. 192 p. (Coleção Zero à Esquerda).

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Dennison de. Curitiba e o mito da cidade modelo. Curitiba: Editora da UFPR, 2000, 201p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Los Circuitos perversos: nuevos pobres y excluidos en América Latina. Revista Rostros y procesos. Marzo 2004, p.13-14.

_____. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: _____. (Org.). Formas em Crise: Utopias Necessárias. RJ: Arquimedes Edições, 2005.

RIBEIRO, A. C. T; DIAS, L C. Escalas de Poder e Novas Formas de Gestão Urbana e Regional. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Anais...Ética, planejamento e construção democrática do espaço. Rio de Janeiro: 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L. PRETECEILLE E. Reestruturação urbana, tendências e desafios. São Paulo. Ed. Nobel, p. 183-190, 1990.

_____. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

¹ Este artigo é decorrente da dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ, orientado pela prof. Ana Clara Torres Ribeiro e defendida em Março de 2006. Contou com a colaboração e leitura atenta da Profa. Dra. Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado a quem dedico especial agradecimento. Para ter acesso o texto completo: http://teses.ufrj.br/IPPUR_M/nomedaautora.pdf.

² Neste artigo são apresentados alguns dados indicativos das desigualdades entre Zumbi dos Palmares e Alphaville Graciosa. Maiores informações podem ser consultadas no documento completo da dissertação.

³ A palavra gueto é utilizada em sentido figurado como sinônimo de enclave.

⁴ O projeto “Olha Aqui!” teve como objetivo, promover o intercâmbio entre duas comunidades, uma urbana (Vila Zumbi dos Palmares) e uma rural (assentamento Contestado), de modo a despertar nas crianças e nos adolescentes que nelas residem a capacidade de reflexão crítica sobre a realidade que as cerca. O projeto foi financiado pelo programa Transformando com Arte do BNDES. O projeto contemplou 100 jovens na faixa etária de 10 a 17 anos. Fonte: site institucional. www.coopere.net/olhaaqui. Acessado em janeiro de 2006.

⁵ Graciosa é o nome da estrada onde se localiza Alphaville. Foi remodelada com recursos do empreendimento. Desta forma Graciosa e Alphaville estão intimamente imbricados.

⁶ Companhia de Saneamento do Paraná, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Instituto Ambiental do Paraná.

⁷ Segundo Nunes, o clientelismo é um sistema caracterizado por situações paradoxais, porque envolve: (...) primeiro, uma combinação peculiar de desigualdade e assimetria de poder com uma aparente solidariedade mútua, em termos de identidade pessoal e sentimentos e obrigações interpessoais; segundo, uma combinação de exploração e coerção, potencial com relações voluntárias e obrigações mútuas imperiosas; terceiro, uma combinação de ênfase nestas obrigações e solidariedade com aspecto ligeiramente ilegal ou semilegal destas relações (...) O ponto crítico das relações patron-cliente é, de fato, a organização ou regulação da troca ou fluxo de recursos entre atores sociais. (S.N. Eisenstadt e L. Roninger).

⁸ Para maiores informações sobre o caso de Curitiba, consultar: (i) Oliveira, Dennison de. Curitiba e o Mito da Cidade Modelo; (ii) Sánchez, Fernanda. A Reinvenção das Cidades para o Mercado Mundial.

⁹ Expressão utilizada por SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros*. In: Valladares, Lícia (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.